

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE AVIS
REALIZADA NO DIA ONZE DE JUNHO DE
DOIS MIL E VINTE E CINCO**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões do Edifício Sede do Município, realizou-se com início às dez horas, a reunião ordinária da Câmara Municipal de Avis sob a presidência do Senhor Presidente, Nuno Paulo Augusto da Silva, e com a presença dos Senhores Vereadores, Inês Filipe Pereira da Fonseca, Salomé Nobre Marques Guilhermino e João Velez Grilo da Costa Varela em substituição da Senhora Vereadora Maria Margarida de Abreu Narciso Pacheco Quental, com a seguinte ordem do dia:

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR (28/05/2025);
2. RESUMO DIÁRIO (DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS);
3. CORRESPONDÊNCIA:
 - a) PRESIDENTE NUNO SILVA: FÉRIAS;
 - b) FREGUESIA DE FIGUEIRA E BARROS: PEDIDO DE TRANSPORTE;
 - c) CENTRO REPUBLICANO ERVEDALENSE: PEDIDOS DE TRANSPORTE;
 - d) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS AVISENSES: ANIVERSÁRIO/PEDIDO DE APOIO;
 - e) AMIGOS DO CONCELHO DE AVIZ - ASSOCIAÇÃO CULTURAL: PEDIDO DE TRANSPORTE;
 - f) NÚCLEO DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL DE AVIS: MARCHAS POPULARES/PEDIDO DE APOIO;
 - g) IGREJA BAPTISTA DE PORTALEGRE: PISCINA MUNICIPAL/PEDIDO DE APOIO;
 - h) ECOFIRMA, S.A.: EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE AVIS/TRABALHOS COMPLEMENTARES;
 - i) NOVA GENTE, S. A.: EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ESCOLAR MESTRE DE AVIS/TRABALHOS COMPLEMENTARES;
 - j) NOVA GENTE, S. A.: EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ESCOLAR MESTRE DE AVIS/TRABALHOS COMPLEMENTARES;
 - k) NOVA GENTE, S. A.: EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ESCOLAR MESTRE DE AVIS/PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS;
 - l) CIMAA: AQ PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PERIGOSOS/MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE;
4. REQUERIMENTOS:
 - 4.1. TAGIS - CENTRO DE CONSERVAÇÃO DAS BORBOLETAS DE PORTUGAL/ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS;
 - 4.2. LEGALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO/CESSAÇÃO DE EMBARGO;
5. DESPESAS;
6. PAGAMENTOS;

7. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE PRÉDIOS URBANOS;
8. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A FREGUESIA DE ALDEIA VELHA/INSTALAÇÃO DE CAIXILHARIAS NO EDIFÍCIO DA CASA DO POVO;
9. REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE AVIS/INÍCIO DO PROCEDIMENTO;
10. ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURAS PELO PRAZO DE 36 MESES/ABERTURA DO PROCEDIMENTO;
11. FORÇESCLARECEDORA/ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS;
12. PLANO DIRETOR MUNICIPAL/PROPOSTA DE MEDIDAS PREVENTIVAS;
13. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE PRÉDIO RÚSTICO.

C) PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foram tratados os seguintes assuntos:

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – FALTAS JUSTIFICADAS

Faltaram a esta reunião, facto que comunicaram atempadamente, o Senhor Vereador Rui Nunes e a Senhora Vereadora Margarida de Abreu Quental.

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião anterior.

O Senhor João Varela não participou na aprovação da ata por não ter estado presente na reunião em causa (n.º 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo).

2 – RESUMO DIÁRIO

Foi presente, para conhecimento, o resumo diário do dia cinco de junho de dois mil e vinte e cinco que acusava os seguintes saldos:

- Contas bancárias.....	3.498.570,63€
- Fundos de maneo.....	5.702,00€
- Em cofre	1.422,91€

3 – CORRESPONDÊNCIA

A Câmara apreciou e tomou conhecimento da seguinte correspondência digna de nota e de ser presente à reunião:

a) Uma carta do Senhor Presidente a informar que se encontrava de férias no dia 09 de junho de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

b) Um ofício da Freguesia de Figueira e Barros a solicitar a cedência de autocarro a fim de serem efetuadas as seguintes visitas, no ano de 2025: 17 de julho, a Badajoz; 16 de agosto, à

Lagoa de Santo André; 25 de outubro, ao Santuário de Fátima; e 22 de novembro, ao *Wonderland* Lisboa.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo vigésimo quinto, número um, alínea j), do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais), publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, remeter o pedido para deliberação da Assembleia Municipal visando a concessão do apoio solicitado.

c) Dois escritórios do Centro Republicano Ervedalense a solicitar o empréstimo de autocarro para realizar excursões a Vieira de Leiria, no dia 17 de agosto de 2025 e ao Santuário de Fátima, no dia 26 de outubro de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o transporte solicitado, enquadrando-se este apoio no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

d) Uma comunicação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses a solicitar, no âmbito da comemoração do seu aniversário, o empréstimo do sistema de som, entre os dias 22 e 26 de maio, para a sessão solene.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de cedência do equipamento, enquadrando-se este apoio no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

e) Uma comunicação da Amigos do Concelho de Aviz - Associação Cultural a referir que, no próximo dia 29 de maio, irá decorrer a atividade do Dia da Espiga, junto da Ermida de Nossa Senhora d'Entre Águas. Solicita transporte de nove lugares para levar pessoas idosas de Aldeia Velha para Benavila.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de cedência do transporte solicitado, enquadrando-se este apoio no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

f) Um escritório do Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Avis a solicitar, no âmbito da preparação e participação, pela primeira vez, nas marchas populares, apoio para a construção de estrutura em madeira.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de concessão do apoio solicitado, enquadrando-se o mesmo no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

g) Uma comunicação da Igreja Baptista de Portalegre a referir que, entre os dias 8 e 12 de julho, terá um grupo de cerca de 50/60 jovens, entre os 10 e os 18 anos, e monitores num

acampamento de verão, em Avis. Solicita a isenção de pagamento na entrada da piscina municipal para o grupo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento a entrada na piscina municipal, no primeiro dia, enquadrando-se este apoio no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) publicado em anexo à Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

h) Uma comunicação de EcoFirma - Gestão do Ambiente, S.A. a enviar proposta de trabalhos complementares a realizar na empreitada de Reabilitação dos Reservatórios de Água do Município de Avis, bem como prazo de execução.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação da fiscalização, aprovar a proposta de trabalhos complementares a preços não contratuais, no valor de 25.393,10€ (acrescido de iva), bem como a proposta de prazo de execução.

Mais deliberou, também por unanimidade, proceder à formalização do contrato.

i) Uma comunicação de Nova Gente - Empreitadas, S.A. a enviar proposta de prazo de execução e de preços para os trabalhos complementares a realizar na empreitada de Construção do Campus Escolar Mestre de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara, de acordo com a informação da fiscalização, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de trabalhos complementares a preços não contratuais, no valor de 123.178,87€ (acrescido de iva), bem como a proposta de prazo para realizar os trabalhos em causa.

Mais deliberou, também por unanimidade, proceder à formalização do contrato.

j) Uma comunicação de Nova Gente - Empreitadas, S.A. a enviar proposta de prazo de execução e de preços para os trabalhos complementares a realizar na empreitada de Construção do Campus Escolar Mestre de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara, de acordo com a informação da fiscalização, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de trabalhos complementares a preços não contratuais, no valor de 40.689,95€ (acrescido de iva), bem como a proposta de prazo para realizar os trabalhos em causa.

Mais deliberou, também por unanimidade, proceder à formalização do contrato.

k) Uma comunicação de Nova Gente - Empreitadas, S.A. a enviar proposta de plano de trabalhos e plano de pagamentos de acordo com os trabalhos complementares referentes à empreitada de Construção do Campus Escolar Mestre de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara, de acordo com a informação da fiscalização, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de plano de trabalhos e de plano de pagamentos apresentados pelo empreiteiro.

l) Uma comunicação da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo a questionar sobre o interesse em integrar um procedimento conjunto para a celebração de Acordo Quadro para a Gestão de Resíduos Urbanos Perigosos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar interesse em integrar este procedimento.

O Senhor Presidente não participou nesta deliberação por se ter declarado legalmente impedido de o fazer.

4 – REQUERIMENTOS:

4.1 – TAGIS - CENTRO DE CONSERVAÇÃO DAS BORBOLETAS DE PORTUGAL/ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS

De Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal, com sede na Rua Portas de Évora, n.º 3, Freguesia e Município de Avis, a requerer, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 17.º, do Regulamento Geral de Taxas Municipais, isenção total das taxas municipais, uma vez que é uma entidade sem fins lucrativos de utilidade pública, com o estatuto de organização não governamental de ambiente.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal.

4.2 – LEGALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO/CESSAÇÃO DE EMBARGO

O P.º N.º 18/23 (legalização/ampliação de habitação, em Avis) surge como resposta a embargo de obras declarado em 2023 e que teve como efeitos a interdição do fornecimento de energia elétrica, gás e água. Verificada a aprovação da arquitetura e a conformidade dos elementos solicitados das especialidades, estão reunidas as condições para determinar o levantamento do embargo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação do Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, declarar a cessação do embargo.

5 – DESPESAS

O Senhor Presidente informou que foram assumidas despesas no valor de 774.130,38€ (setecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta euros e trinta e oito cêntimos).

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

6 – PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou que foram efetuados pagamentos no valor de 434.756,58€ (quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos).

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

7 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE PRÉDIOS URBANOS

Pelo Senhor Presidente foram presentes despachos, por si efetuados, nos dias 26 e 28 de maio de 2025, ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 35.º, do RJAL, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a determinar que o Município de Avis não está interessado no exercício do direito de preferência sobre prédios localizados na Rua da Mouraria e na Rua José Diogo Pais, em Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos exarados pelo Senhor Presidente.

8 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A FREGUESIA DE ALDEIA VELHA/INSTALAÇÃO DE CAIXILHARIAS NO EDIFÍCIO DA CASA DO POVO

Pelo Senhor Presidente foi presente proposta de Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Avis e a Freguesia de Aldeia Velha para instalação de caixilharias no edifício da Casa do Povo. No âmbito do mesmo, compete ao Município a transferência do montante de 28.742,59€ (vinte e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos), com iva incluído, para a Freguesia de Aldeia Velha.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada e remeter a mesma à próxima sessão da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

9 – REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE AVIS/INÍCIO DO PROCEDIMENTO

O Senhor Presidente apresentou proposta para iniciar procedimento de elaboração de Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

10 – ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURAS PELO PRAZO DE 36 MESES/ABERTURA DO PROCEDIMENTO

Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:

Proponho que a Câmara Municipal de Avis delibere:

- Aprovar a decisão de contratar com recurso a concurso público, com publicação no JOUE, com preço base de 227.248€, acrescido de Iva à taxa de 23% e pelo prazo de 36 meses;
- Aprovar, de acordo com o disposto no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo a concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do referido Código;
- Aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, dos quais fazem parte o Caderno de Encargos e o Programa do Procedimento;
- Optar pela contratação por lotes, conforme previsto no artigo 46-A do Código dos Contratos Públicos;
- Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído por:
 - Presidente – Lucília Maria Ramos Correia da Silva – Técnica Superior;
 - 1.º Vogal – Vera Mónica Matos Varela – Técnica Superior;
 - 2.º Vogal – Ana Paula Bartolomeu Canhoto – Assistente Técnica;
 - Vogal Suplente – António Joaquim Proença Mota Primo – Encarregado Operacional;
 - Vogal Suplente – Nuno Miguel Rosado Ildefonso – Encarregado Operacional;
 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2026, 2027 e 2028.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

11 – FORÇESCLARECEDORA/ISENÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS

Pelo Senhor Presidente foi presente informação elaborada pela Divisão de Administração Geral - Património sobre a cedência do espaço afeto ao campo de futebol à

empresa Forçescclarecedora para reabilitação e construção de um clube de padel (assunto presente na reunião da Câmara Municipal do dia 26 de março de 2025).

Considerando a precursão que a implementação do projeto terá no desenvolvimento local, com a criação de infraestruturas que virão a dar nova vida a um espaço que há anos se encontra em total abandono, e, considerando que o investimento, avultado, é uma mais valia para o Município e para a comunidade e que a reabilitação do espaço terá um impacto significativo tanto ao nível do desporto como do turismo, deve-se ponderar a atribuição de alguns benefícios à empresa de forma a incentivar a sua atuação e empenho.

Desta forma, propõe que seja atribuída a isenção de todas as taxas municipais à Forçescclarecedora, conforme previsto na alínea g), do artigo 17.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

12 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL/PROPOSTA DE MEDIDAS PREVENTIVAS

Pela Senhora Vereadora Inês Fonseca foi presente proposta de Medidas Preventivas relativas ao Plano Diretor Municipal de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto pelo n.º 1 do artigo 138.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), submeter a proposta para análise e apreciação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P..

13 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE PRÉDIO RÚSTICO

Pelo Senhor Presidente foi presente ofício do atual proprietário do prédio rústico denominado de Herdade de Vale Figueiras, situado na Freguesia de Aldeia Velha, e do qual o Município é proprietário confinante, a questionar sobre o eventual interesse na compra do mesmo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa.

C) PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

a) Esteve presente um grupo de agricultores para discutir o assunto referente ao ponto B)12 - proposta de medidas preventivas, no âmbito do PDM. Intervieram os representantes das seguintes entidades:

- Cooperativa Agrícola de Ervedal e Figueira e Barros, CRL

O Município solicitou parecer à CCDRALentejo, o qual é favorável, mas condicionado à apresentação de fundamentação. A proposta fala da plantação de culturas intensivas e superintensivas com base em documento que não estava assinado/datado. Parece-lhe excessivo a delimitação de faixas de proteção de 500m na área envolvente da Albufeira do Maranhão e dos perímetros urbanos.

Referiu que a Cooperativa é o principal produtor de azeite do Norte Alentejano. Recentemente, abriu-se porta no Japão e receberam medalha de mérito.

Apela ao bom senso entre todos os intervenientes. Os agricultores estão disponíveis para falar sobre esta questão.

- Herdade do Painho

Esta proposta de medidas preventivas continua a ser ilegal. Não é apresentada fundamentação. Porquê a delimitação de faixas de proteção de 500m? A CCDRA fala em 250m como limite do perímetro urbano. O Município estende essa faixa de proteção até à envolvente

da Albufeira do Maranhão. A Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia realizou estudos e a água sempre foi de boa qualidade. Existem, também, estudos de que há aumento de biodiversidade.

Assim, terão que entregar as terras aos grandes agricultores. Qual é a alternativa e o que é que lhe irão dar em troca? O Município terá que pagar indemnizações. Não será cumprido o direito de propriedade do solo. É uma questão que vai acabar em Tribunal.

- Grupo José Pedro Barreira, S.A.

Concordou com as duas primeiras intervenções. A fundamentação que a CCDRA exige para justificar estas medidas, não está no documento. Não está descrito o que se considera como culturas intensivas e superintensivas. De que forma é que esta proposta se enquadra no plano existente (PDM) e até no PROT Alentejo?

O Senhor João Varela referiu que não estão identificadas quais são as culturas intensivas e superintensivas. 500m como limite da área envolvente da Albufeira do Maranhão e da orla das povoações é matar completamente o olival, uma cultura nativa no concelho.

Porque é que, desde fevereiro, não foram contactadas entidades para ajudar a resolver o problema? Não foi sugerido instalar sebes de proteção nas plantações já existentes e/ou a plantar, em vez de proibir. Os estudos existentes são indicativos de que a qualidade do ar não é má. Mais uma vez, não há um estudo técnico e não estão interessados em saber quais são os impactos na população e no desenvolvimento do concelho.

Os olivais que já existem são para reverter? Se sim, os agricultores vão ser indemnizados? Qual o impacto para a saúde da população, mas também para a vertente social e económica (agricultores e trabalhadores dos olivais). Que culturas é que não se podem fazer?

Apela ao bom senso para que se faça alguma coisa, mas não com este extremismo. Juridicamente, o documento não está fundamentado. Acha importante ouvir a parte agrícola.

A Senhora Vereadora Inês Fonseca referiu que o documento não é ilegal, por isso foi aprovado pela CCDRALentejo. Em relação ao limite dos 500m, no que diz respeito à Albufeira do Maranhão, o mesmo está definido no DL 107/2009. Avis não é o único Município no Alentejo a definir faixas de proteção de 500m. Não há intenção de proibir o olival no seu todo. Não irão obrigar quem quer que seja a arrancar olival. Em relação às sebes de proteção, as mesmas estão contempladas no PDM. Quanto à compensação a dar pelo direito à propriedade privada, respondeu que, no caso de alterações ao perímetro urbano, também não há compensações.

Estas medidas são feitas por uma gestão correta e com vista à proteção de todos os interesses do território.

O Senhor Presidente interveio para referir que ficou claro quais são as preocupações dos presentes e que o Município não pretende dificultar a vida aos agricultores. Terá de haver algum equilíbrio e consenso entre todos. O Município irá remeter o documento para pronúncia da CCDRA.

Agradeceu a presença dos agricultores e a partilha de contributos.

b) Esteve presente munícipe com prédio urbano em Aldeia Velha

O motivo que a trouxe a reunião de Câmara tem a ver com o lixo (monos) que é colocado junto à parede do prédio, o que impede a limpeza e pintura do mesmo. Sabe que não foi o Executivo que criou o problema, mas a gestão do lixo é do Município. Tem conhecimento das campanhas de informação e sensibilização desenvolvidas pelo Município. Poderia haver, também, uma sensibilização por parte das freguesias.

É possível colocar sinalética a indicar que é proibido depositar monos junto ao contentor do lixo doméstico que se encontra, especificamente, naquele local? Caso contrário, a própria irá afixar a dita sinalização na parede em causa.

A Senhora Vereadora Inês Fonseca respondeu que o Município colocou informação nos contentores do lixo com contactos para recolha de monos. Os munícipes têm a possibilidade de

solicitar a recolha destes produtos. Nesses casos, há uma viatura que se desloca ao local. Tem-se feito um grande esforço de sensibilização da população. Quando é possível identificar, aplicam-se multas.

D) APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, no final da reunião, aprovar em minuta, os seguintes pontos da ata: B)3, alíneas b), h), i), j) e k); B)8 e B)10.

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram treze horas, de tudo para constar se lavrou a presente ata.

E eu, _____, Técnico Superior, exercendo atividade na Divisão de Administração Geral do Município de Avis, para o efeito designada por deliberação tomada na primeira reunião da Câmara Municipal de Avis, realizada no dia vinte de outubro de dois mil e vinte e um, a lavrei, subscrevo e assino.